

AMBIENTE *Embrapa diz que algaroba já é planta invasora* **Proliferação descontrolada de planta peruana ameaça caatinga**

CÍNTIA CARDOSO
 DA REPORTAGEM LOCAL

Introduzida no semi-árido nordestino para servir como fonte de alimentação animal, a proliferação sem controle de árvores de algaroba começa a preocupar pesquisadores e ambientalistas.

A planta, originária do Peru, começou a ser plantada no Brasil na década de 40. Na década de 70, o plantio se expandiu e atingiu 90 mil hectares. No início dos anos 90, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Semi-Árido começou uma campanha para estimular o plantio de árvores na região. Mas o crescimento fugiu ao controle e, hoje, estima-se que a área plantada já supere 500 mil hectares.

O pesquisador da empresa Paulo César Lima faz um mea culpa. "Até o momento, tínhamos difundido essa espécie enaltecendo apenas as vantagens econômicas e sociais para o pessoal que vive nas zonas secas do Nordeste — produção de forragem, lenha e carvão e utilização de outros produtos na alimentação humana e para cosméticos. Pouco dissemos a respeito dos riscos ecológicos."

Planta invasora

Segundo Lima, a algarobeira já pode ser considerada como uma planta invasora na caatinga.

A invasão biológica é caracterizada pela ocupação desordenada de um organismo fora de sua área natural de ocorrência. Esse processo pode avançar para a extinção biológica das espécies nativas. No caso da algarobeira, no entanto, Lima explica que a invasão está em fase inicial.



Plantação de algarobeiras na região do semi-árido nordestino

Até o momento, a Embrapa não sabe precisar quais são as áreas com maior grau de invasão. No entanto, segundo o professor Leonaldo Alves de Andrade, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, na região do Cariri (PB) já se observa uma invasão significativa.

Controle da invasão

Os locais potenciais para a expansão das plantas são áreas sem vegetação e em regiões ribeirinhas.

Para tentar conter o avanço da algarobeira na caatinga, nos próximos dois anos o Ministério do Meio Ambiente, a Embrapa, a Universidade Federal da Paraíba e a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia vão avaliar o impacto em dez locais distribuídos em municípios dos Estados da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e do Piauí.

O plano de manejo pretende reduzir em até 60% o avanço espontâneo da algarobeira sobre áreas da caatinga nos próximos anos.

Embrapa aposta em uso alternativo

DA REPORTAGEM LOCAL

A possibilidade de usos variados para a algarobeira é a maior aposta da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Semi-Árido para controlar a proliferação da planta na caatinga.

Segundo estudos da empresa, além de a vagem "in natura" da algaroba servir como forragem devido a seu alto teor de proteína, a planta também pode ser utilizada para a fabricação de café, farinha de mesa e aguardente.

"Nosso objetivo é estimular os pequenos agricultores nordestinos a usarem a vagem da planta na alimentação dos rebanhos.

Com isso, reduziremos o número excessivo de vagens na natureza", diz Paulo César Lima, pesquisador da Embrapa.

Ele afirma, entretanto, que as iniciativas de beneficiamento do produto ainda estão engatinhando. "A cadeia produtiva ainda está bastante desarticulada. Os produtores ainda não estão cientes do potencial a ser explorado nas árvores já existentes", diz.

A indústria Riocon, inaugurada em 1996 e com sede em Manoel Vitorino (BA), optou pelo beneficiamento da planta para a fabricação de ração.

Com a abundância de matéria-prima na região e com a demanda crescente pelo produto entre os

pecuaristas baianos, a empresa teve aumento de 40% na produção em relação ao ano passado. Hoje são produzidas 160 toneladas do produto por mês.

No mercado, o custo do saco de 30 quilos da ração fica em torno de R\$ 17. Segundo o proprietário da empresa, Eduardo Odebrecht, a margem de lucro com a produção do farelo de algaroba para ração é de 12%. Os troncos das plantas são aproveitados para a produção do carvão que abastece os fornos da fábrica.

Para quem vende a vagem para as indústrias, porém, a remuneração é bem menos expressiva. Estima-se que o preço do quilo oscile entre R\$ 0,12 e R\$ 0,14.